

# O jogo duplo sul-africano

N. 1/10/85

— Após Março de 1984, nas sucessivas reuniões da Comissão Conjunta de Segurança criada pelo acordo, a parte moçambicana continuamente perguntou à parte sul-africana onde tinha colocado os numerosos bandidos que se encontravam no seu território, onde lançara e desembarcara o material — declarou o Ministro da Segurança, fazendo já, referência ao período que é posterior à assinatura do Acordo de Nkomati.

As questões colocadas pela parte moçambicana — divulgou Sérgio Vieira — a parte sul-africana recusou-se sempre a dar qualquer esclarecimento, contentando-se em afirmar que se separara dos bandidos em termos pouco amistosos, que cortara com eles toda e qualquer ligação e que estava a cumprir o Acordo.

Aquele membro do Conselho de Ministros do nosso País indicou depois que, em Maio, Junho, Julho e Agosto de 1984, sucessivamente, a parte moçambicana; quer no seio da

Comissão Conjunta de Segurança, quer através de enviados especiais, denunciou as violações que tinham lugar e são agora em parte, relacionadas pelos bandidos.

O Ministro Sérgio Vieira recordou que as Forças Armadas da África do Sul, para cobrir as violações que levavam a cabo, fizeram uma campanha pública sobre a instalação de radares na fronteira com a RPM, para prevenir violações do espaço aéreo moçambicano a partir da África do Sul.

— Toma-se agora claro para a opinião pública que a mesma instituição, que instalava os radares, violava o Acordo, enviando aviões e construindo pistas de aterragem na RPM. Quando a RPM denunciava as violações marítimas, a parte sul-africana, ao mesmo tempo que as negava, prontificava-se a patrulhar até as águas territoriais moçambicanas para prevenir desembarques marítimos. Torna-se agora claro para a opinião pública que a mesma instituição, que pretendia patrulhar as nossas águas territoriais, enviava submarinos e navios de assalto para abastecer e transportar os bandidos — afirmou o Ministro Sérgio Vieira, que acrescentou:

Quando a parte moçambicana continuamente perguntava à parte sul-africana porquê e em nome de quem os bandidos continuavam a assassinar o nosso povo, em nome de quê e de quem continuavam a morrer, verificámos que os bandidos assassinam e morrem por ordem directa dos círculos identificados nos documentos.

O Ministro da Segurança do nosso País disse que, quando o nosso Governo, acedendo a um pedido do Governo sul-africano, aceitou conceder uma amnistia e integrar na sociedade os bandidos que abandonassem o crime, a resposta dos círculos sul-africanos foi pretender transformar o 3 de Outubro numa negociação entre o Governo moçambicano e os bandidos e tudo fizeram para deturpar e esvaziar o conteúdo da declaração. E não só: os cálculos militares instigaram os bandidos em não responder à amnistia.

E através dos documentos capturados aos bandidos armados, sabe-se que na sala onde se desenrolaram conversas havidas entre os representantes dos Governos de Moçambique e da África do Sul, os militares sul-africanos montaram microfones secretos, para que os bandidos pudessem acompanhar de perto o desenrolar dos assuntos em discussão.